

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0007745-60.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **RICARDO FERREIRA**

Justiça Gratuita

VISTOS**RICARDO FERREIRA (R. G.**

26.368.609), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 168, § 1º, inciso III, c. c. o artigo 29, ambos do Código Penal, porque em 24 de setembro de 2014, em horário não determinado, em via vicinal próxima ao Posto Castelo, nesta cidade e comarca, apropriou-se de coisa alheia de que tinha a posse, no caso, o trator de marca Massey Fergusson, modelo 250-X, de propriedade da empresa ISS de Manutenção e Operação de Utilidades Ltda., assim o fazendo em razão de seu emprego.

Recebida a denúncia (fls. 177) a empresa vítima habilitou-se como assistente de acusação (fls. 183/185), sendo o pedido deferido (fls. 214). O réu foi citado (fls. 247) e respondeu a acusação (fls. 231/232). Na instrução foram ouvidas seis testemunhas de acusação (fls. 287/290 e 324), sendo o réu interrogado (fls. 375/376). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 385/389), sendo acompanhado pela assistente de acusação (fls. 393/403). A defesa pugnou pela absolvição sustentando ausência de dolo na conduta do réu, o que descaracteriza o delito, como também a insuficiência de provas, além de pleitear, em caso de condenação, a aplicação da pena mínima e substituída por restritiva de direitos (fls. 415/419).

0007745-60.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

D E C I D O.

O réu trabalhava para a empresa ISS SERVISYSTEM DO BRASIL LTDA, como supervisor nas unidades LWART LUBRIFICANTES, de Lençóis Paulista, e VOLKSWAGEN MOTORES de São Carlos. Na sua função tinha atribuição para deslocar e requisitar maquinários entre as empresas para as quais a sua empregadora prestava serviços terceirizados. Valendo-se de suas atribuições solicitou o remanejamento de um trator Massey Ferguson, modelo 250-X, cor vermelha, da planta da empresa Lwart Lubrificantes para a empresa Volkswagen de São Carlos. Aconteceu que a máquina não chegou à Volkswagen e desapareceu, não sendo mais localizada pela proprietária e vítima neste processo.

A prova oral, constituída por testemunhos idôneos, seguros e coerentes, revela de forma uníssima que o réu efetivamente cometeu o delito que lhe é imputado e agindo com o deliberado propósito de apropriar-se do trator que está mencionado na denúncia.

Com efeito, a testemunha Alexandre Carvalho Gritti, representante da vítima, explicou que o trator estava locado à empresa Lwart em Lençóis Paulista quando o mecânico encarregado da manutenção constatou a falta da máquina e comunicou a situação. Então, falando com Fábio Ramos, que era o supervisor, este falou com o réu e obteve a informação de que ele tinha autorizado a transferência do trator para a Volkswagen de São Carlos, para a realização de serviços. Consultada a responsável de São Carlos, Edméa Aparecida de Oliveira Palermo, a mesma informou que não recebeu o veículo. Fábio novamente falou com o réu e desta vez ele disse que o “trator estava em trânsito, retornando para Lençóis Paulista”. Como o trator não retornou, Alexandre falou pessoalmente com o réu o qual “disse que por algum problema não conseguiu deixar o trator em São Carlos e que determinou o retorno dele”, situação que nunca aconteceu (fls. 279).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A testemunha Edméa Ap. de Oliveira Palermo, supervisora da vítima na planta da Volkswagen de São Carlos, confirmou que o trator não chegou nesta cidade e que nunca houve necessidade de outro trator nos serviços que prestavam para a Volkswagen (fls. 281). No mesmo sentido o depoimento do funcionário da Volkswagen Washington Levez (fls. 282).

Raimundo Gonçalves Ferreira, subordinado do réu na empresa vítima, disse que recebeu determinação do acusado para providenciar a transferência do trator para São Carlos, tendo contratado o motorista Reinaldo Antonio Picoli para fazer a remoção (fls. 324).

Ouvido, Reinaldo Antonio Picoli informou que trouxe o trator de Lençóis Paulista para São Carlos e que em todo o trajeto vinha mantendo conversa pelo telefone com o réu, que o esperava de carro nas proximidades da Volkswagen. Ao se aproximar o réu seguiu com o veículo e pediu para ser acompanhado, quando o levou até o local onde o trator foi descarregado, em um barranco ao lado da rodovia e perto de um posto. O réu sempre permaneceu no veículo que usava e no local do descarregamento deixou uma pessoa, que foi quem retirou o trator do caminhão, indo embora sem se apresentar (fls. 324).

Portanto, está demonstrado que o réu, por conta própria e sem a mínima necessidade do uso do trator na planta da Volkswagen de São Carlos, tomou as providências para que a máquina fosse removida, pedindo a contratação do caminhoneiro que realizou o transporte e o orientou até o momento em que o equipamento foi descarregado em local diverso do destino, estando presente neste ato, de modo que nesta ocasião transferiu para si a posse do trator, que nunca mais foi recuperado pela empresa vítima.

As explicações que o réu forneceu em Juízo para os fatos são totalmente falsas e simuladas. Alegou que transferiu o trator para a Volkswagen de São Carlos porque havia necessidade da máquina, que foi recusada por esta empresa por motivo de segurança. Então, como não tinha como retorná-lo no ato pediu a um conhecido de São Carlos, que sequer soube


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

identificar com precisão, para guardar o trator no sítio dele até que providenciasse o retorno para o local de origem. Posteriormente a pessoa para a qual deixou o trator informou que não estrava com ele e o ameaçou se insistisse na recuperação. Falou ainda que informou o advogado da empresa na ocasião sobre o ocorrido, assinou pedido de demissão e propôs indenizar o prejuízo com a sua indenização trabalhista, sendo surpreendido depois com a dispensa por justa causa (fls. 375).

Ora, é exigir muito que se acredite na longa estória contada pelo réu para justificar o seu comportamento criminoso.

Primeiro porque tudo o que ele alegou, não foi confirmado pelas testemunhas ouvidas. Edméia negou que a Volks de São Carlos necessitou de outro trator e tampouco houve contato do réu com a mesma para esta providência ou qualquer outra, de forma que jamais existiu a alegada recusa do recebimento do trator por questão de segurança (fls.281). O réu jamais comunicou à empresa que teve que deixar o trator com outra pessoa e quando questionado sobre o destino do veículo e disse que o mesmo estava em trânsito e de retorno para Lençóis Paulista (fls. 279).

Em segundo lugar, ainda que por caridade fosse aceito o álibi de que houve recusa da Volks de aceitar aquele trator, o réu teve esta ciência quando o veículo ainda estava sendo transportado, porque vinha mantendo constantes contatos com o motorista e assim poderia determinar que o mesmo retornasse para Lençóis Paulista, de onde tinha saído, sem maiores problemas. E mesmo que o trator tivesse aqui chegado, como o motorista tinha que retornar para a cidade de origem, poderia voltar com ele. Consequentemente, não havia a mínima necessidade de deixar a máquina com pessoa estranha e descarrega-la em local bastante duvidoso.

Por último, se é certo que incumbe à acusação provar os fatos descritos na denúncia, o que está cabalmente demonstrado, também é certo que é ônus do acusado provar os fatos que fundamentam sua defesa.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido a doutrina de DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS: **“Em processo penal, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. É a regra contida na primeira parte da disposição (art. 156 do CPP). Assim a prova deve ser feita por quem alega o fato, a causa ou a circunstância”** (DIS – Direito Informatizado Saraiva nº 01 – Editora Saraiva – 1ª edição).

No mesmo diapasão a jurisprudência:

“Prova – Alegação, pela defesa, de fato novo – Inversão do ônus probante – Ocorrência: No sistema processual pátrio, a mera alegação, cujo objetivo seja a escusa da responsabilidade, não tem o condão de abalar o conjunto probatório já produzido, pois ainda que o ônus de provar a imputação da denúncia seja do Órgão Ministerial, alegando a defesa fato novo, cumpre-lhe demonstrá-lo” (TACRIM-SP, Rel. Passos de Freitas, RJDTACRIM 26/160).

“O álibi, enquanto elemento de defesa, deve ser comprovado, no processo penal condenatório, pelo réu a quem seu reconhecimento aproveita” (STF - HC 68.964-7-sp, REL., Min. Celso de Mello, DJU 22.04.94).

“No sistema processual pátrio, a mera alegação, cujo objetivo seja a escusa de responsabilidade, não tem o condão de abalar o conjunto probatório já produzido, pois ainda que o ônus de provar a imputação da denúncia seja do Órgão Ministerial, alegando a defesa fato novo, cumpre-lhe demonstrá-lo” (TACRIM-SP, RJD 26/160) (TJSC- ACr 2003.009957-3 – 2ª C.Crim – Rel. Des. Maurílio Moreira Leite – j. 10.05.2003).

“Em sede penal, álibi não comprovado equivale a confissão por falta de argumento defensivo. Inviável a absolvição por falta de provas, quando o contexto probatório do processo indica sem dúvidas a prática do ilícito pelo acusado, auxiliado pelas informações dos próprios familiares conduzindo a certeza da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autoria" (TJSC – Acrim 2003.025395-5 – 1ª C. Crim. – Rel. Des. Sólond´Eça Neves – DJSC 24.05.2004).

“Quem oferece álibi e não o comprova, autoriza a conclusão adversa contida na denúncia, robustecendo a imputação contra si lançada pela Justiça Pública. A conclusão ainda se reforça quanto menos se mostre plausível a escusa oferecida pelo réu para a comprometedora situação em que se viu preso em flagrante” (Apelação nº 1.140.137-1, Rel. Renato Nalini – RT 745/692).

No caso dos autos, além de apresentar versão totalmente inconsistente, não se desincumbiu o réu de produzir prova de sua alegação, situação que poderia tirar de sua conduta a responsabilidade criminal que lhe foi irrogada.

Portanto, sua conduta se enquadra no preceito criminal que lhe foi atribuído, porque se apropriou indevidamente do trator que pertencia à empresa vítima, desaparecendo com o mesmo. A rigor, o fato melhor se enquadraria na figura do furto qualificado mediante fraude. Mas como a capitulação feita na denúncia é mais favorável ao réu, delibero aceita-la porque o fato também se aproxima da apropriação, porquanto ao contratar o transportador e acompanhá-lo ainda que indiretamente durante o percurso, dando as orientações, passou a ter a posse e disponibilidade sobre o bem, completando a caracterização do delito e sua consumação no momento em que deu a ele outro destino. E manter a capitulação inicial, como já dito, é mais benéfico para o réu.

Impõe-se, portanto, a condenação do réu, inclusive pela majorante do inciso III do § 1º do artigo 168 do Código Penal, que também está configurada, porquanto o mesmo agiu em razão de emprego e da função que tinha na empresa vítima.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, sobressaindo apenas as consequências do delito, porque houve prejuízo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

considerável à vítima em decorrência da perda de seu bem, sem esquecer que o réu é primário e sem antecedentes desabonadores, delibero fixar a pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em um ano e três meses de reclusão e 11 dias-multa, no valor mínimo.. Sem alteração na segunda fase por inexistir circunstâncias agravantes ou atenuantes. Por último, acrescento um terço em razão do disposto no § 1º do artigo 168 do Código Penal, totalizando um ano e oito meses de reclusão e 13 dias-multa, pena que torno definitiva à falta de outras circunstâncias modificadoras.

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, e outra de multa, que fica estabelecida em 10 dias-multa.

Condeno, pois, **RICARDO FERREIRA** à **pena de 1 (um) ano e oito (8) meses de reclusão e 13 dias-multa, no valor mínimo**, substituída a carcerária por **uma pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, e a outra de 10 dias-multa, no valor mínimo**, cumulativa com a da pena principal, por ter transgredido o artigo 168, § 1º, inciso III, do Código penal.

Em caso de reconversão à pena originária, o regime será o **aberto**.

Pagará a taxa judiciária correspondente.

P. I. C.

São Carlos, 31 de agosto de 2018.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA